

CONSULTA n. 200910000055308

Requerido: Conselho Nacional de Justiça

Advogado(s): MG121349 - Diego Gomes Pereira (REQUERENTE)

EMENTA: Consulta. Resolução CNJ nº 75/09. Aferição de atividade jurídica. Consulta conhecida e respondida no sentido de ser de competência dos respectivos Tribunais, através das Comissões de Concurso, dispor sobre as maneiras de aferição da contagem de tempo para a comprovação de atividade jurídica para os fins de concurso público para ingresso na carreira da magistratura, quando do respectivo edital ou em sede de decisão específica em caso concreto que lhe for submetido à decisão.

Trata-se de consulta formulada por Diego Gomes Pereira, acerca de disposições contidas na Resolução nº 75/09 do Conselho Nacional de Justiça, por meio da qual questiona:

“De que modo deve ser realizado o registro de tais atividades – assessoria e consultoria jurídicas – para a contagem de atividade jurídica, exigida nos concursos: basta enviar o parecer através de A.R. (carta com aviso de recebimento e declaração de conteúdo), recibo de entrega feito pelo cliente, apresentação de contrato de prestação de serviços de assessoria, ou outra forma?”

É o relatório.

A Resolução nº 75/09 do Conselho Nacional de Justiça estabeleceu as normas gerais para o ingresso na carreira da magistratura.

Neste sentido, estabeleceu em seu artigo 21 expressamente:

“Artigo 21. Compete à Comissão de Concurso
I - elaborar o edital de abertura do certame;
II - fixar o cronograma com as datas de cada etapa;



- III - receber e examinar os requerimentos de inscrição preliminar e definitiva, deliberando sobre eles;
- IV - designar as Comissões Examinadoras para as provas da segunda (duas provas escritas) e quarta etapas;
- V - emitir documentos;
- VI - prestar informações acerca do concurso;
- VII - cadastrar os requerimentos de inscrição;
- VIII - acompanhar a realização da primeira etapa;
- IX - homologar o resultado do curso de formação inicial;
- X - aferir os títulos dos candidatos e atribuir-lhes nota;
- XI - julgar os recursos interpostos nos casos de indeferimento de inscrição preliminar e dos candidatos não aprovados ou não classificados na prova objetiva seletiva;
- XII - ordenar a convocação do candidato a fim de comparecer em dia, hora e local indicados para a realização da prova;
- XIII - homologar ou modificar, em virtude de recurso, o resultado da prova objetiva seletiva, determinando a publicação no Diário Oficial da lista dos candidatos classificados;
- XIV - apreciar outras questões inerentes ao concurso.”

A referida Resolução estabeleceu, pois, normas de caráter geral acerca da forma de ingresso na carreira da magistratura nacional, deixando clara e especificamente a competência para "**apreciar outras questões inerentes ao concurso**" à competência de suas Comissões de Concurso.

Assim, escapa a este Conselho a necessidade de criação de norma de caráter geral vinculativo sobre absolutamente todos os eventuais casos possíveis de surgirem nos concursos públicos para ingresso na magistratura.

Por todo o exposto, conheço da presente consulta respondendo ser de competência dos respectivos Tribunais, através das Comissões de Concurso, dispor sobre as maneiras de aferição da contagem de tempo para a comprovação de atividade jurídica para os fins de concurso público para ingresso na carreira da magistratura, quando do respectivo edital ou em sede de decisão específica em caso concreto que lhe for submetido à decisão.

É o voto.



PAULO DE TARSO TAMBURINI SOUZA
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente em 24 de Novembro de 2009 às 10:02:09

O Original deste Documento pode ser Acessado em: <https://www.cnj.jus.br/ecnj>

